

O impacto do ensino superior na renda dos indivíduos: um estudo de caso comparativo

The impact of higher education on individuals' income: a comparative case study

Marcio Alexandre Facini¹, Luci Nychai²,
Joceliane Antunes Araujo Camargo³ e Rodrigo dos Santos⁴

¹ Universidade Estadual do Centro-Oeste, Brasil, Mestrado em Desenvolvimento Econômico, e-mail: mafacini@yahoo.com.br

² Universidade Estadual do Centro-Oeste, Brasil, Doutorado em Economia, e-mail: nychai@ibest.com.br

³ Universidade Estadual do Centro-Oeste, Brasil, Mestrado em Administração, e-mail: jocelianeant@gmail.com

⁴ Universidade Estadual do Centro-Oeste, Brasil, Mestrado em Administração, e-mail: rodrigo@unicentro.br

Recebido em: 04/11/2022 - Revisado em: 30/11/2022 - Aprovado em: 15/12/2022 - Disponível em: 02/01/2023

Resumo

O Brasil possui 2.608 Instituições de Ensino Superior (IES), entre Universidades, Centros Universitários, Faculdades, Institutos Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica, sejam públicos ou privados. Em todas essas IES estavam matriculados 8,6 milhões de alunos em cursos de graduação (INEP, 2020). Todavia, esses números ainda não são suficientes para garantir condições razoáveis ou desejáveis para o desenvolvimento humano e econômico brasileiro. Essa abordagem é relevante, pois a educação demonstra significativa interferência na renda das pessoas. Segundo dados do IBGE (2020), diante da situação de queda da renda dos mais pobres e, portanto, aumento da desigualdade, as mulheres tiveram melhores ganhos. Segundo Neri (2019), isso acontece justamente porque elas representam um grupo relevante da população que melhora a renda por frequentarem por mais tempo os bancos escolares e, principalmente, cursarem o ensino superior. Nesse sentido, Mincer (1975) já defendia que as taxas de crescimento da renda estavam diretamente relacionadas ao nível de instrução dos trabalhadores.

Palavras-chave: Retornos da Educação; Investimentos; Ensino Superior; Administração.

Abstract

Brazil has 2,608 Higher Education Institutions (HEIs), including Universities, University Centers, Colleges, Federal Institutes and Federal Centers for Technological Education, whether public or private. In all these HEIs, 8.6 million students were enrolled in undergraduate courses (INEP, 2020). However, these numbers are still not enough to guarantee reasonable

or desirable conditions for Brazilian human and economic development. This approach is relevant, as education demonstrates significant interference in people's income. According to data from the IBGE (2020), in view of the situation of falling incomes of the poorest and, therefore, increasing inequality, women had better gains. According to Neri (2019), this happens precisely because they represent a relevant group of the population that improves their income by attending school banks for longer and, mainly, attending higher education. In this sense, Mincer (1975) already argued that income growth rates were directly related to workers' level of education.

Keywords: Returns from Education; investments; University education; Administration.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil possui 2.608 Instituições de Ensino Superior (IES), entre Universidades, Centros Universitários, Faculdades, Institutos Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica, sejam públicos ou privados. Em todas essas IES estavam matriculados 8,6 milhões de alunos em cursos de graduação (INEP, 2020). Todavia, esses números ainda não são suficientes para garantir condições razoáveis ou desejáveis para o desenvolvimento humano e econômico brasileiro.

Essa abordagem é relevante, pois a educação demonstra significativa interferência na renda das pessoas. Segundo dados do IBGE (2020), diante da situação de queda da renda dos mais pobres e, portanto, aumento da desigualdade, as mulheres tiveram melhores ganhos. Segundo Neri (2019), isso acontece justamente porque elas representam um grupo relevante da população que melhora a renda por frequentarem por mais tempo os bancos escolares e, principalmente, cursarem o ensino superior. Nesse sentido, Mincer (1975) já defendia que as taxas de crescimento da renda estavam diretamente relacionadas ao nível de instrução dos trabalhadores.

Essa abordagem está presente em diversas discussões entre economistas, mas embora a educação seja capaz de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico sustentado de uma nação, de uma região ou diretamente dos indivíduos, ela sozinha não garante o desenvolvimento socioeconômico. Todavia, também discute-se que sem a educação o desenvolvimento fica seriamente comprometido, se não impossibilitado (FACINI, 2009).

Então, para que a educação em todos os níveis, mas com destaque aqui para o nível superior, possa cumprir com o seu papel no quesito responsabilidade social, ao contribuir para a concepção de uma sociedade mais inclusiva, no contexto complexo dos desafios mundiais atuais e futuros (FREITAS, 2017), se faz necessário conhecer os problemas e vencer os desafios existentes. Nesta agenda, são pontos extremamente relevantes a qualidade do ensino, adequação do conteúdo à realidade dos estudantes, investimento financeiro governamental e equidade de acesso dos candidatos ao sistema de ensino (FACINI, 2009).

Como a educação contribui com a geração de renda e desenvolvimento socioeconômico local, pois é no ensino superior que profissionais são formados para atuar na mais ampla variedade de oportunidades disponíveis no mercado (BRASIL, 2014), uma alternativa para promover o acesso pode ser a parceria entre IES e governos municipais. Esse é o contexto do presente estudo, no qual o campo de estudo são as ofertas do Curso de Administração da Unicentro e em seus Campi Avançados.

Acerca dos Campi Avançados da UNICENTRO, cabe destacar que estes surgiram com base nas ideias de expansão do progresso econômico em função da melhoria da oferta de ensino, em 1999, no Estado do Paraná. Assim, foi constituída parceria entre os poderes públicos Estadual, por meio da UNICENTRO, e municipais – por meio das prefeituras municipais da região de abrangência da IES, objetivando a oferta de cursos superiores nesses municípios. Em funcionamento desde então, geram turmas de egressos diplomados desde o ano de 2003 (FACINI, 2009). Atualmente, estão em funcionamento os campi avançados em Chopinzinho, Pitanga, Prudentópolis e Coronel Vivida. Os campus são sustentados pela parceria mencionada acima e envolvem investimentos diretos em Educação Superior oriundos dos recursos públicos do Estado e municípios envolvidos.

Então, observando os indicadores socioeconômicos para esses municípios ao longo dos anos posteriores à implantação dos campi avançados, é possível observar que houve avanço e indicação de melhoria nas condições de vida das populações lá residentes. O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFD-M) apurado em Pitanga, por exemplo, depois da instalação do Campus Avançado da Unicentro, em 2016, é superior ao apurado anteriormente, em 2000: houve crescimento de 4,1%, sendo que entre os subindicadores componentes do IFD-M, o que mais cresceu foi o da educação, que apresentou variação positiva de 7,34% (PNUD, 2021). A análise desses indicadores permite levantar a hipótese de que a presença do ensino superior público nestes municípios, foi capaz de melhorar as condições socioeconômicas dos indivíduos egressos de cursos superiores a partir de melhoria na renda destes.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O assunto adiante abordado tem como tema central a relevância da educação, mais especificamente o ensino superior. Nessa conjuntura, a educação caracteriza-se como estratégia para aumento de renda e, conseqüentemente, desenvolvimento humano e econômico. Para tanto, primeiro é abordado o cenário da educação no Brasil, apresentando dados que ilustram o contexto em relação às dificuldades e possíveis soluções, bem como números referente à quantidade de Instituições de Ensino Superior (IES) e matrículas. Também são abordadas informações sobre os retornos da educação superior e a extensão da Universidade, por meio dos Campus Universitários, como alternativa de parceria entre IES e governo municipal, para promoção do ensino superior.

2.1 Cenário da Educação no Brasil

O Brasil apresenta indicadores que evidenciam significativas desigualdades sociais e econômicas. Os resultados apurados em índices como o de Desenvolvimento Humano (IDH) ou o Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFD-M), ambos utilizados ao longo deste trabalho, sinalizam a distância existente entre condições razoáveis ou desejáveis e as reais condições de nosso patamar de desenvolvimento humano brasileiro. Observa-se estatisticamente que as diferenças educacionais aparecem como a principal causa das desigualdades sociais

no Brasil, até maior do que fatores que também podem ser considerados determinantes, como a residência, sexo e cor da pele. Ainda, é notável que onde se investe em educação há aumento de produtividade e, conseqüentemente, possibilita atrair e fixar investimentos em benefício de suas regiões e de sua população. Isso pode ser exemplificado pela tendência das empresas de instalarem-se em locais onde se possa usufruir de mão-de-obra qualificada ou de fácil qualificação.

Nesse sentido, a educação, entendida como a qualificação das pessoas para a vida em sociedade e, em especial, para a ação em busca da melhoria das condições de sobrevivência, pode se constituir em fator de promoção do desenvolvimento econômico e humano (FACINI, 2009). Corroborando com essa afirmação, Gadelha (2017) fala sobre o consenso sobre a estrita relação entre desenvolvimento e nível de educação. Para Mincer (1975, p. 34) “a aceleração de oferta educacional não só aumentará a eficiência da economia, como também reduzirá as desigualdades na estrutura salarial”. Todavia, conforme apontam dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2020), no Brasil embora 40,2% da população entre 18 a 24 anos já concluiu o ensino médio, eles não frequentam mais a escola, ou seja, não deram continuidade a sua formação no ensino superior.

De maneira geral, ao comentar o desafio permanente da superação do atraso da sociedade brasileira em relação à educação, Gadelha (2017) aponta diversas críticas referentes às atuais condições de ensino no Brasil. Entre tais críticas, vale salientar a redução dos investimentos em educação pelo Ministério da Educação (MEC) nos últimos anos, o fracasso das políticas de educação escolar demonstrado pelos índices de desempenho da escolaridade, os índices de abandono das escolas, a excessiva preocupação com índices estatísticos de êxito do sistema em detrimento da efetiva qualidade, baixíssimos pisos salariais pagos aos educadores, dentre outras.

No que tange especificamente ao ensino superior, também é possível citar inúmeros problemas, tais como baixa qualidade do ensino, conteúdo que não atende a demanda do mercado de trabalho, subemprego, alto custo de instituições de ensino públicas para o Governo e das privadas para os estudantes, falta de equidade devido processo seletivo através de vestibulares e a concentração de recursos federais nas regiões do Centro e do Sul do Brasil (FACINI, 2009). Ainda, diante desses problemas, não há um consenso quanto às políticas a serem efetivamente adotadas, a fim de saná-los.

Mas vale salientar que uma educação de qualidade, considerando todos os níveis das séries escolares, deve ser tanto um objetivo em si mesmo, como um meio para atingir outras metas, caracterizando-se como uma estratégia essencial na busca pela concretização do desenvolvimento humano e econômico. Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2017), o caminho para uma educação de qualidade inclui abordagens pedagógicas para aprendizagem cognitiva, socioemocional e comportamental. Por isso, Pimentel (2019) cita a importância da revisão e adequação do currículo escolar, para que ele seja baseado em competências, relacionando os conhecimentos formais com a sua utilização em situações concretas, pois assim o conhecimento pode atender às reais necessidades educacionais existentes.

Ainda, no Brasil há o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece diretrizes e políticas educacionais. Entre os compromissos do PNE está o de garantia do acesso à educação de qualidade, a redução das desigualdades e a valorização da diversidade, a

valorização dos profissionais da educação como estratégia para que as outras metas sejam atingidas, bem como objetivos relacionados especificamente ao ensino superior (BRASIL, 2014). Diante desse cenário, de acordo com o INEP (2020), o quadro atual do Ensino Superior no Brasil pode ser compreendido com o auxílio do Censo da Educação Superior de 2019, através de seu último relatório publicado em 2020 e resumido na Tabela 1.

Tabela 1: Número de IES, por organização acadêmica/categoria administrativa e matrículas – Brasil – 2019.

Organização Acadêmica	Categoria Administrativa		Total	Matrículas
	Pública	Privada		
Universidade	108	90	198 (7,6%)	4.487.849 (52,2%)
Centro Universitário	11	283	294 (11,3%)	2.263.304 (26,3%)
Faculdade	143	1.933	2.076 (79,6%)	1.636.828 (19%)
IF e CEFET	40	n.a.*	40 (1,5%)	215.843 (2,5%)
Total	302 (11,58%)	2.306 (88,42%)	2.608 (100%)	8.603.824 (100%)

* não se aplica.

Fonte: adaptado de INEP (2020).

Segundo os dados do INEP, em 2019 o Brasil possuía 2.608 Instituições de Ensino Superior (IES). Referente a quantidade segundo a categoria administrativa, nota-se mais IES privadas (88,42%), quando comparado ao número de IES públicas (11,58%). Considerando o tipo de organização acadêmica, a predominância é de Faculdades (79,6%) e Centros Universitários (11,3%), representados na grande maioria por instituições privadas. Por outro lado, o setor público detém a maior parte das universidades (54,5%), muito embora em proporção cada vez menor, sendo que já houve épocas em que 100% das universidades pertenciam ao setor público.

O fato de no Brasil a predominância ser de IES privadas justifica-se pela necessidade de suprir a demanda não atendida pelas instituições públicas. Ou seja, enquanto as instituições públicas tendem a visar ser centros de excelência e pesquisa, as IES privadas focam nas exigências profissionais requeridas pelo mercado de trabalho, oferecendo programas flexíveis que atendam às necessidades de qualificação profissional (FREITAS, 2017).

Em todas essas IES estavam matriculados 8,6 milhões de alunos em cursos de graduação, dos quais 3,6 milhões eram ingressantes de 2019. Referente à quantidade de alunos matriculados por categoria administrativa, 24,2% estavam matriculados em IES públicas e os demais (75,8%) em IES privadas. Mas esses quantitativos não são tão positivos quando comparados a países desenvolvidos. Um dos indicadores que evidencia isso é o percentual da população com educação superior na faixa etária de 25 a 34 anos, o qual no Brasil é de apenas 21,3%, enquanto países que ocupam o topo do ranking como a Coreia do Sul e Canadá, por exemplo, é de 69,8% e 63%, respectivamente (INEP, 2020).

De modo geral, o Censo da Educação Superior de 2019 apresenta o aumento do número total de vagas oferecidas em cursos de graduação em relação ao ano anterior: 16.425.302, conforme verifica-se na Tabela 2.

Tabela 2: Número de vagas e de ingressantes em cursos de graduação, por categoria administrativa e modalidade de ensino – Brasil – 2019.

Modalidade de Ensino	Vagas			Ingressantes		
	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total
Presencial	734.225	5.295.477	6.029.702 (36,7%)	524.335	1.509.791	2.034.126 (56,1%)
A Distância	103.584	10.292.016	10.395.600 (63,3%)	32.443	1.559.346	1.591.789 (43,9%)
Total	837.809 (5,1%)	15.587.493 (94,9%)	16.425.302 (100%)	556.778 (15,3%)	3.069.137 (84,7%)	3.625.915 (100%)

Fonte: adaptado de INEP (2020).

Considerando o total de 16.425.302 vagas oferecidas em cursos de graduação, foram 3.127.472 vagas a mais (21,5%) que no ano anterior. As instituições privadas, por sua vez, ofereceram mais vagas em cursos de graduação (94,9%). Entretanto, foi registrado um total de 12.799.387 vagas ociosas no Brasil – só no setor privado, esse número foi de 125.18.356 vagas. Em instituições públicas foi detectado o menor número de ociosidade, 281.031 vagas. Também vale salientar o expressivo crescimento de vagas ofertadas pela modalidade de ensino a distância (EAD), que desde 2018 passou a ser maior que as ofertadas por meio do ensino presencial. Em 2018, as vagas presenciais representavam 47% contra 53% de vagas do EAD, enquanto em 2019 as vagas presenciais recuaram para 36,7% e as do EAD aumentaram para 63,3%.

A abordagem de todas essas informações se faz necessária para ilustrar o cenário da educação brasileira, já que a mesma possui estreita relação com a questão da distribuição de renda. Facini (2009) destaca que os diferentes níveis de crescimento econômico dos países têm sido alvo de amplas pesquisas no âmbito das ciências sociais e econômicas, sendo a educação um dos fatores elencados para explicar as discrepâncias existentes.

Desse modo, a destinação de investimentos públicos e privados para a área da educação pode elevar o capital humano de um determinado país e, como consequência, aumentar os níveis de renda e bem-estar desta nação (FACINI, 2009). Assim, percebe-se a relevância de políticas que tornem a educação, especialmente nos níveis básicos, mais acessível a todos, sendo que no caso do ensino superior é possível verificar que ano a ano, o número de matrículas tem aumentado (INEP, 2020). Portanto, a educação superior pode cumprir com o seu papel no quesito responsabilidade social, ao contribuir para a concepção de uma sociedade mais inclusiva, neste contexto complexo dos desafios mundiais atuais e futuros (FREITAS, 2017).

3. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo não probabilístico tendo como amostragem os alunos (ingressantes e egressos) do Curso de Administração da Unicentro. Foram entrevistados alunos do sexo feminino e masculinos na categoria de ingressantes e egressos do Curso de Administração da Unicentro da sede e dos Campi Avançados de Pitanga e Chopinzinho, conforme segue:

* 89 alunos ingressantes e

* 58 egressos

Para este estudo, foi empregado o método denominado Percepção Socioeconômica Autoavaliativa (PSA), por meio do qual o respondente tece uma consideração, julga, estima, pensa, pondera, reflete, equaciona ou avalia o estado de determinada condição.

Para quantificação das respostas da pesquisa de campo realizada junto aos alunos ingressantes e egressos do Curso de Administração, na forma de PSA foram utilizadas escalas crescentes para ordenação das dicotomias em cada condição.

As respostas ordenadas foram processadas por meio das seguintes funções estatísticas:

Moda: utilizada para indicar a resposta mais citada, ou seja, indicar a frequência da resposta mais registrada em cada condição da PSA.

Moda Relativa (MR): utilizada para medir a taxa de frequência percentual de cada dicotomia e cada condição.

$$MR = \frac{FM}{A} \times 100$$

Legenda:

FM = Frequência da moda

A = Número total da amostra

Coeficiente de Variação (CV): utilizado para medir o grau de dispersão das respostas, ou seja, a heterogeneidade ou homogeneidade das percepções socioeconômicas autoavaliativas dos respondentes;

$$CV = \frac{s}{m} \times 100$$

Legenda:

s = desvio padrão amostral

A = média das respostas ordenadas

Para este estudo, considerou o Coeficiente de Variação de acordo com o seguinte parâmetro:

CV acima de 30% → alta dispersão (respostas heterogêneas);

CV abaixo de 30% → baixa dispersão (respostas homogêneas).

Taxa Marginal de Incremento (TMgI): Utilizada para medir o ganho socioeconômico adicional em cada condição da PSA. A TMgI pode ser elástica ou inelástica conforme parâmetros:

TMgI > 1 = incremento adicional elástico, isto é, obteve-se um ganho adicional em determinada condição socioeconômica mais que proporcional a percepção de ganho inicial.

TMgI = 1 = incremento constante, isto é, o ganho adicional não foi alterado permanecendo igual a percepção de ganho inicial.

TMgI < 1 = incremento inelástico, obteve-se um ganho adicional em determinada condição socioeconômica menos que proporcional a percepção de ganho inicial.

Também foram utilizadas estatísticas descritivas simples como média e taxa de participação percentual quando necessárias.

4. RESULTADOS

4.1 Análise descritiva dos ingressantes

A pesquisa de campo foi aplicada para 89 alunos ingressantes no ano de 2021 no Curso de Administração da UNICENTRO do Campus Santa Cruz. A Tabela 3 apresenta a frequência relativa das dicotomias de sexo e idade.

Tabela 3: Frequência relativa das dicotomias de sexo e idade

Categoria/idade	Frequência relativa
FEMININO	59,09%
De 16 a 20 anos	9,09%
De 21 a 25 anos	27,27%
De 26 a 30 anos	4,55%
De 31 a 35 anos	13,64%
De 36 a 40 anos	4,55%
MASCULINO	40,91%
De 16 a 20 anos	4,55%
De 21 a 25 anos	13,64%
De 26 a 30 anos	9,09%
Mais de 40 anos	13,64%
Total Geral	100,00%

Fonte: Pesquisa de Campo (2021)

Conforme dados da Tabela 1, 59,09% dos ingressantes respondentes são do sexo feminino e 40,91% são do sexo masculino. A prevalência de mulheres se deve ao maior número de matriculadas nos cursos superiores, inclusive em Administração.

Quanto a idade observou-se que a maior participação das mulheres está na faixa-etária de 21 a 25 anos (27,27%), seguida da idade entre 31 a 35 anos (13,64%). Já no caso do sexo masculino as faixas-etárias de maior prevalência foram de 21 a 25 anos (13,64%) e com mais de 40 anos (13,64%). A Tabela 4 apresenta as condições socioeconômicas dos ingressantes considerando os critérios da moda.

Tabela 4: Condições socioeconômicas dos ingressantes

ÍTEM	INGRESSANTE				
	MODA	DESCRIÇÃO DA MODA	FREQUENCIA DA MODA	MODA RELATIVA	CV %
Empregabilidade		Trabalha com CTPS assinada	9	40,91%	50,90%
Anos de Trabalho		Média de 6 anos de experiência profissional	3	13,64%	122,59%
Renda Atual		Ausência de renda	6	27,27%	93,46%
Nível de Renda		Sem renda	4	18,18%	70,29%
Tipo de Moradia		Mora com os pais	12	54,55%	50,53%
Acesso à Saúde		Depende do SUS	17	77,27%	47,43%
Bens de Consumo		Celular, Microcomputador	9	40,91%	51,08%
Meio de Transporte		Carro próprio	14	63,64%	41,89%
Conta Corrente		Tem Conta Corrente	20	90,91%	35,57%
Meios de Lazer		Navegar pela Internet.	14	63,64%	42,54%

Fonte: Pesquisa de Campo (2021)

Quanto aos critérios referentes ao mercado de trabalho, observa-se por meio dos dados da Tabela 2, que a condição prevalente de empregabilidade dos ingressantes é o trabalho com carteira assinada cuja moda relativa é 40,91%. Em média os ingressantes apresentaram 6 anos de experiência profissional. Já a moda referente a renda aponta para a ausência de renda. Esta inconsistência entre a condição prevalente de empregabilidade e renda, se deve ao alto nível de heterogeneidade da renda verificada pelas magnitudes dos coeficientes de variação (CV) de 70,29% para o nível de renda e de 93,46% para a renda atual. Valores estes bem acima do parâmetro máximo exigido de 30%. A alta dispersão do valor da renda faz com que a moda se concentre no valor de mais frequência que a ausência da renda.

Portanto, neste caso, de forma complementar, constatou-se que a média de renda dos ingressantes foi de R\$ 2.021,71 para uma renda mínima de R\$ 0,00 e uma renda máxima de R\$ 9.000,00.

No tocante a moradia constatou-se que mais da metade dos ingressantes moram com os pais (54,55%). Quanto ao acesso à saúde dependem do SUS (77,27%). No caso dos bens de consumo tecnológicos prevalece a propriedade de celular e microcomputador (40,91%). A maioria dos ingressantes possuía carro próprio (63,64%), e tinham conta corrente em banco (90,91%). No que tange ao meio de lazer, mais da metade (63,64%) registrou que navegava pela Internet.

Em síntese, as condições socioeconômicas dos ingressantes analisados são as seguintes: parte trabalha com carteira assinada e outra parte está desempregada. A renda é inexistente ou baixa, moram com os pais, dependem do SUS para acesso à saúde. Possuem poucos bens tecnológicos, a exemplo do celular e do microcomputador. A maioria utiliza como meio de lazer a navegação pela Internet. Por outro lado, mais da metade possuem carro e próprio e tem conta corrente em banco.

4.2 Análise descritiva da percepção comparativa dos egressos

A pesquisa de campo foi aplicada junto a 15 egressos do Curso de Administração de Guarapuava e dos Campi Avançados conforme Tabela 5.

Tabela 5: Egressos pesquisados

Categoria	Número absoluto	Número relativo
Masculino	23	40,00%
Feminino	35	60,00%
Total	58	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2021)

O número de egressos pesquisados é maior na categoria feminina seguindo uma tendência nacional de maior participação de mulheres.

A Tabela 6 mostra os resultados da percepção inicial, ou seja, a autoavaliação dos egressos pesquisados quando do seu ingresso no curso de Administração da UNICENTRO.

Tabela 6: Percepção socioeconômica dos egressos quando do ingresso no Curso de Administração da UNICENTRO

ÍTEM	EGRESSO – PERCEPÇÃO SOCIOECONÔMICA INICIAL					
	MÉDIA	MODA (CARACT MAIS CITADA)	DESCRIÇÃO DA MODA	FREQUÊNCIA DA MODA	MODA RELATIVA	V %
Empregabilidade		1	Desempregado(a)	6	40,00%	3,60%
Anos de Trabalho		Nulo	Nulo	Nulo	Nulo	Nulo
Renda Atual		Nulo	Nulo	Nulo	Nulo	Nulo
Nível de Renda	1,73	0	Sem renda	5	33,33%	3,71%
Tipo Moradia		1	Mora com os pais	10	66,67%	0,67%
Acesso à Saúde	1,20	1	Depende do SUS	12	80,00%	4,50%
Qualidade de Vida	1,93	2	Suficiente, com restrições	14	93,33%	3,36%
Desejo de Consumo	1,67	1	Celular	11	73,33%	4,07%
Meio de Transporte	2,62	4	Carro próprio	5	33,33%	3,02%
Conta Corrente		0	Não tem Conta Corrente	8	53,33%	10,66%
Lazer		4	Navegar pela Internet.	4	26,67%	9,66%

Fonte: Pesquisa de Campo (2021)

A autoavaliação das condições socioeconômicas dos egressos pesquisado, quando do seu ingresso no Curso de Administração, revelou o seguinte perfil mais visível: desempregado; sem renda; morava com os pais; dependia do SUS para ter acesso à saúde; tinha propriedade de celular e carro próprio; não tinha conta corrente; como lazer navegava pela internet; e considerava sua qualidade de vida suficiente, mas com restrições.

De acordo com os Coeficientes de Variação (CV) acima de 30%, as respostas foram heterogêneas entre os respondentes. A maior constância de respostas foi observada na categoria de qualidade de vida, na qual houve um padrão de respostas condizentes com “qualidade de vida suficiente, mas com restrições”.

O Quadro 1 mostra os itens da configuração socioeconômica autoavaliativa dos ingressantes cuja a moda relativa ficou igual ou superior a 20%.

Quadro 1: Configuração da percepção autoavaliativa quando ingressante no Curso de Administração da UNICENTRO.

Configuração da percepção socioeconômico autoavaliativa dos ingressantes
1. Qualidade de vida suficiente, mas com restrições (93,33%);
2. Depende do SUS para acesso à saúde (80%);
3. Propriedade de celular como desejo de consumo concretizado (73,33%);
4. Morava com os pais (66,67%);
5. Não tem conta-corrente em banco (53,33%);
6. Sem renda (33,33%);
7. Tem carro próprio (33,33%);
8. Como lazer navegava pela internet (26,67%).

Fonte: Pesquisa de Campo (2021)

Quanto mais heterogêneas as respostas (CV acima de 30%) menor a moda relativa. Neste sentido, as maiores modas relativas foram encontradas para as seguintes percepções: qualidade de vida suficiente, mas com restrições (93,33%); Depende do Sus para acesso

à saúde (80%); Propriedade do celular como desejo de consumo concretizado (73,33%); Morava com os pais (66,67%); Não tem conta corrente em banco (53,33%) e como lazer navegava pela internet (26,67%).

A Tabela 7 mostra os resultados da percepção final, ou seja, a auto avaliação dos ganhos socioeconômicos dos egressos pesquisados quando concluinte do curso de Administração da UNICENTRO.

Tabela 7: Percepção socioeconômica dos egressos quando concluinte do Curso de Administração da UNICENTRO.

ÍTEM	EGRESSO - PERCEPÇÃO SOCIOECONÔMICA FINAL					
	MÉDIA	MODA (CARACT MAIS CITADA)	DESCRIÇÃO DA MODA	REQUÊNCIA DA MODA	MODA RELATIVA	V %
Empregabilidade		5	Trabalha com CTPS assinada	10	66,67%	4,37%
Anos de Trabalho		5	5 anos de trabalho	5	20,00%	7,26%
Renda Atual	210,67	1.400,00	Valor da renda mais citada	3	20,00%	0,17%
Nível de Renda	6,07	5	De R\$ 1.251,00 a R\$ 1.500,00	4	26,67%	7,26%
Tipo Moradia		2	Casa alugada	6	40,00%	1,32%
Acesso à Saúde	1,73	1	Depende do SUS	8	53,33%	0,98%
Qualidade de Vida	2,07	2	Suficiente, com restrições	14	93,33%	2,49%
Desejo de Consumo	1,33	1	Celular	10	66,67%	3,45%
Meio de Transporte	3,33	4	Carro próprio	11	73,33%	7,03%
Conta Corrente		1	Tem Conta Corrente	12	80,00%	1,75%
Lazer		6	Viajar pelo Brasil a passeio, pelo menos 1 vez por ano.	5	33,33%	3,21%

Fonte: Pesquisa de Campo (2021)

A auto avaliação das condições socioeconômicas dos egressos pesquisados, quando concluinte do Curso de Administração, revelou o seguinte perfil mais visível: empregado com carteira assinada com média de 5 anos de experiência; com renda média, citada por 26,67% dos egressos, entre R\$ 1.251,00 a R\$ 1.500,00, contudo a média geral atribui uma renda de R\$ 2.210,67; moradia em casa alugada; depende do SUS para acesso à Saúde; propriedade de celular e carro próprio; tem conta corrente; como lazer viaja pelo Brasil a passeio, pelo menos 1 vez por ano; e considerava sua qualidade de vida suficiente mas com restrições.

Observou-se que a heterogeneidade das respostas diminuiu, pois, o coeficiente de variação médio (CV) diminuiu de 61,47% para 46,09%, ou seja, as percepções socioeconômicas dos egressos concluintes tornaram-se mais homogêneas entre os respondentes.

O Quadro 1 mostra os itens da configuração socioeconômica autoavaliativa dos concluintes cuja moda relativa ficou igual ou superior a 30%.

Quadro 2: Configuração da percepção autoavaliativa quando concluinte no Curso de Administração da UNICENTRO.

Configuração da percepção socioeconômico autoavaliativa dos ingressantes
Qualidade de vida suficiente, mas com restrições (93,33%);
Tem conta corrente em banco (80%);
Tem carro próprio (73,33%);
Trabalho com carteira assinada com em média 5 anos de experiência (66,67%/20%);
Propriedade de celular como desejo de consumo concretizado (66,67%);
Depende do SUS para acesso à saúde (53,33%);
Mora em casa alugada (40%);
Como lazer viaja pelo Brasil a passeio, pelo menos 1 vez por ano (33,33%).

Fonte: Pesquisa de Campo (2021)

Observou-se que houve um ganho socioeconômico se comparada a moda relativa dos itens da configuração contida no Quadro 2 em comparação com os valores dos itens contidos no Quadro 1. A Tabela 8 apresenta a comparação entre as modas relativas de cada item.

Tabela 8: Moda relativa comparativa da percepção socioeconômica autoavaliativa entre egressos ingressantes e concluintes do Curso de Administração da Unicentro

Condição	EGRESSO – PERCEPÇÃO SOCIOECONÔMICA AUTOAVALIATIVA INICIAL			EGRESSO – PERCEPÇÃO SOCIOECONÔMICA AUTOAVALIATIVA FINAL			INCREMENTO Taxa Marginal de Incremento (TMgI)
	DESCRIÇÃO DA MODA	MODA RELATIVA	CV %	DESCRIÇÃO DA MODA	MODA RELATIVA	V %	
Empregabilidade	Desempregado(a)	40,00%	63,60%	Trabalha com CTPS assinada	66,67%	4,37%	1,67
Anos de Trabalho	Nulo	Nulo	Nulo	5 anos de trabalho	20,00%	7,26%	0,60
Renda Atual	Nulo	Nulo	Nulo	R\$ 1.400,00 (média R\$ 2.210,67)	20,00%	0,17%	0,60
Nível de Renda	Sem renda	33,33%	93,71%	De R\$ 1.251,00 a R\$ 1.500,00	26,67%	7,26%	0,80
Tipo Moradia	Mora com os pais	66,67%	50,67%	Casa alugada	40,00%	1,32%	0,60
Acesso à Saúde	Depende do SUS	80,00%	34,50%	Depende do SUS	53,33%	0,98%	0,67
Qualidade de Vida	Suficiente, com restrições	93,33%	13,36%	Suficiente, com restrições	93,33%	2,49%	1,00
Desejo de Consumo	Celular	73,33%	74,07%	Celular	66,67%	3,45%	0,91
Meio de Transporte	Carro próprio	33,33%	53,02%	Carro próprio	73,33%	7,03%	2,20
Conta Corrente	Não tem Conta Corrente	53,33%	110,66%	Tem Conta Corrente	80,00%	1,75%	1,50
Lazer	Navegar pela Internet.	26,67%	59,66%	Viajar pelo Brasil a passeio, pelo menos 1 vez por ano.	33,33%	3,21%	1,25

Fonte: Pesquisa de Campo (2021)

A Taxa Marginal de Incremento (TMgI) significa o ganho socioeconômico adicional que os egressos obtiveram com a conclusão do Curso em Administração da UNICENTRO, comparando-se a autoavaliação perceptiva dos egressos na fase ingressante e concluinte do Curso. A TMgI maior que |1| significa um incremento socioeconômico elástico e menor que |1|, inelástico.

Os maiores incrementos socioeconômicos (maior que 1) de acordo com a TMgI foram encontradas para as seguintes condições:

Meio de Transporte (TMgI = 2,20 elástica): a moda relativa aumentou de 33,33% para 73,33% de forma mais homogênea (CV = 53,02% → 37,03%). Mais concluintes puderam adquirir carro próprio ao concluir o curso.

Empregabilidade (TMgI = 1,67 elástica): a moda relativa aumentou de 40,00% para 66,67% de forma mais homogênea (CV = 63,60% → 34,37%). Mais concluintes passam de desempregados para trabalhadores com carteira assinada;

Conta corrente (TMgI = 1,50 elástica): a moda relativa aumentou de 53,33% para 80,00% de forma mais homogênea (CV = 110,66% → 51,75%). Mais concluintes passam a ter conta corrente em banco;

Lazer (TMgI = 1,25): a moda relativa aumentou de 26,67% para 33,33% de forma mais homogênea (CV = 59,66% → 33,21%). Como forma de lazer os egressos houve um incremento nas viagens pelo Brasil, pelo menos 1 vez por ano, em substituição ao lazer na forma de navegação pela internet;

Qualidade de vida (TMgI = 1,00 constante): a moda relativa permaneceu constante entre ingressantes e concluintes na condição de “suficiente, com restrições” contudo de forma mais homogênea (CV = 13,36% → 12,49%). Nesta condição, houve um pequeno aumento na média da percepção (insuficiente = 1, suficiente, com restrições = 2 e suficiente, sem restrições = 3) de 1,93 (ficando entre insuficiente e suficiente, com restrição) para 2,07 (ficando entre suficiente, com restrição e suficiente, sem restrição).

Nas demais condições, a TMgI ficou abaixo de 1, mostrando que apesar de inelástica, houve um incremento positivo. A Tabela 9 mostra a condição da autoavaliação perceptiva dos egressos concluintes quanto ao ganho socioeconômico, medida numa escala de 0% (sem ganho) a 100 (alto ganho socioeconômico).

Tabela 9: percepção de ganho socioeconômico dos egressos concluintes

Estatísticas	Parâmetros
Média	67%
Mínimo	0
Máximo	1
CV%	43,79%
Moda	100%
Frequência da moda	3
Moda relativa	20,00%

Fonte: Pesquisa de Campo (2021)

A moda, representada por 20% das respostas, apresentou uma percepção autoavaliativa de alto ganho em termos socioeconômicos na ordem de 100%. Contudo a média ficou em 67% com alta variação (CV = 43,79%) entre 0% a 100%.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda, muito embora alguns estudos demonstrem que a educação tem pouca relevância para o crescimento do PIB dos países, no aspecto de retorno individual por anos de estudo, ela aparece de outra forma. Neste sentido, a teoria de Jacob Mincer, de 1974, defende

que a tendência é que o indivíduo tenha sua renda média anual aumentada a cada ano adicional de educação, sendo que esse retorno individual fica ainda mais evidente quanto mais baixa for a classe social desse indivíduo (BLUMENSCHNEIN, 2007 apud FACINI, 2009).

Como indica o Índice de Gini, a concentração de renda no Brasil é bastante elevada, colocando o País como um dos mais desiguais do mundo. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), em 2019 o índice de Gini do rendimento domiciliar per capita do Brasil foi de 0,543, recuando em relação a 2018 (0,545). Todavia, o ideal para que a distribuição de renda fosse mais equitativa seria um índice abaixo de 0,45 ou o mais próximo de 0 possível (IPEA, 2004). Ademais, houve um significativo aumento da desigualdade de 2014 a 2019, quando a renda dos 10% mais pobres caiu 17,5%, enquanto a do 1% mais rico cresceu 10%.

Para Neri (2019), isso aconteceu devido a elevação do desemprego em virtude da crise econômica financeira iniciada em 2014, bem como a redução das jornadas de trabalho e as crises na rede de proteção social, que contribuíram para a queda da renda das camadas mais pobres. Outrossim, ele salienta que houve aumento da importância do fator educação na definição da renda, pois com menos empresas contratando e demandando trabalho e mais pessoas procurando, quem tem mais experiência e anos de escolaridade acaba se saindo melhor do que quem não tem.

Outro fator que evidencia a importância da educação é que quando se compara a perda de renda média entre gêneros, as mulheres tradicionalmente não apresentam perdas, segundo Neri (2019, p. 10) porque “o diferencial feminino é ter mais escolaridade, atributo que parece ter feito a diferença no período em questão, como a performance daqueles sem qualquer escolaridade exemplifica”. Neste contexto, vale argumentar que parte das desigualdades do Brasil está diretamente relacionada aos anos de estudo das pessoas. Portanto, é no ensino superior que profissionais são formados para atuar na mais ampla variedade de oportunidades disponíveis no mercado, contribuindo para a geração de renda e desenvolvimento socioeconômico local (BRASIL, 2014).

Assim, para compreender o contexto de retornos dos investimentos em educação, vale salientar a Teoria do Capital Humano, que pressupõe que o capital humano é sempre algo produzido, ou seja, é o resultado de um conjunto de decisões deliberadamente relacionadas a investimento em educação ou em treinamento, tanto individual quanto coletivo. Assim, há que se supor que nas economias das nações, os níveis de educação das pessoas têm relação direta e positiva com os níveis de rendimento dessas (FACINI, 2009). Mincer (1975) já destacava que a taxa de crescimento de renda no Brasil, principalmente na região Sudeste, era consequência da presença intensiva de capital humano.

O autor ainda salienta que “embora níveis substanciais de capital humano não sejam pré-requisito para a aceleração do desenvolvimento, seu crescimento paralelo e sua difusão são necessários para assegurar a constância do desenvolvimento econômico” (MINCER, 1975, p. 26).

Sintetizando os resultados apresentados, podemos afirmar que o estudo comparativo entre a percepção autoavaliativa dos ingressantes e egressos (ingressantes e concluintes), mostrou que houve um incremento socioeconômico com a conclusão do Curso de Administração da Unicentro, principalmente, nas condições de melhoria do meio de transporte, empregabilidade, financeiras envolvendo renda e relações bancárias, e lazer. De

forma geral, a percepção autoavaliativa de ganhos socioeconômicos foi de 67% e a moda de 100%.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf Acesso em: 01/08/2021.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. Métodos de pesquisa em administração [recurso eletrônico] / tradução: Iuri Duquia Abreu ; revisão técnica: Fátima Cristina Trindade Bacellar. – 10. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Bookman, 2011.

FREITAS, E. C. Inovação em educação e sua influência nos modelos tradicionais de ensino superior. 2017. Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. 2017. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18565> Acesso em 25/06/2020.

GADELHA, R. M. A. F. Educação no Brasil: Desafios e Crise Institucional. Revista Pesquisa & Debate. São Paulo. Vol. 28. Número 1 (51). Jul 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/33530/23123> Acesso em 12/07/2021.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020, Coordenação de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101760> Acesso em 12/07/2021

INEP. Censo da Educação Superior 2019: notas estatísticas. Brasília, 2020. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf Acesso em 29/11/2020.

IPEA. Índice de Gini. 2004. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2048:catid=28&Itemid=23#:~:text=O%20%C3%8Dndice%20de%20Gini%2C%20criado,pobres%20e%20dos%20mais%20ricos.&text=O%20valor%20zero%20representa%20a,todos%20t%C3%AAm%20a%20mesma%20renda Acesso em: 12/07/2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica - 8. ed. - São Paulo: Atlas, 2017.

MINCER, J. População e a força de trabalho no crescimento econômico. Revista Brasileira de Economia. São Paulo, vol. 29, nº 4, 1975. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/153/6363> Acesso em: 02/08/2021.

NERI, M. A escalada da Desigualdade: qual foi o impacto da crise sobre a distribuição de renda e a pobreza? FGV Social, Rio de Janeiro, Agosto/2019. Disponível em: <https://www.fgv.br/social>

cps.fgv.br/cps/bd/docs/A-Escalada-da-Desigualdade-Marcelo-Neri-FGV-Social.pdf Acesso em: 12/07/2021.

PIMENTEL, G. S. R. O Brasil e os Desafios da Educação e dos Educadores na Agenda 2030 da ONU. Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa. Brasília/DF, v. 1, n. 3, Núm. Esp. p. 22-33, 2019. Disponível em: <http://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/35/26> Acesso em: 01/08/2021.

PNUD. Síntese Relatório do Desenvolvimento Humano 2020: A próxima fronteira - O desenvolvimento humano e o Antropoceno. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2020_overview_portuguese.pdf Acesso em: 12/07/2021.

_____. Indicadores Municipais: Atlas Brasil. 2021. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha> Acesso em: 12/07/2021.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SETI. Criação Campus de Pitanga e Laranjeiras do Sul. 2010. Disponível em: <https://www.seti.pr.gov.br/Noticia/Novos-campi-serao-criados-em-Laranjeiras-do-Sul-e-Pitanga#> Acesso em: 29/07/2021.

_____. Instituições Estaduais de Ensino Superior. 2021. Disponível em: http://www.geoseti.pr.gov.br/geoseti/pages/templates/initial_public.jsf?windowId=9a4 Acesso em: 12/07/2021.

UNESCO. Global Education Monitoring Report Summary 2017/8: accountability in education; meeting our commitments. 2017. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000259338> Acesso em: 01/08/2021.

UNICENTRO. Informações Gerais. 2021. Disponível em: <https://www3.unicentro.br/> Acesso em: 12/07/2021.

_____. Alunado 2019. 2021. Disponível em: <https://www3.unicentro.br/proplan/wp-content/uploads/sites/17/2019/08/alunado-2019-20-08.pdf> Acesso em 13/07/2021.

_____. Vestibular. 2021. Disponível em: <https://www3.unicentro.br/vestibular/anteriores/> Acesso em: 29/07/2022.